Ata da 19ª Sessão Ordinária, do 3º Período Legislativo, da 3ª Sessão Legislativa, da 3ª Legislatura da Câmara Municipal de Feliz Natal. Estado de Mato Grosso.

Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de 2007, reuniram-se na Câmara Municipal de Feliz Natal os Vereadores: Antoninha Leuci de Oliveira, Aníbal Alves Vilela, Carlos Adelar Faganello, Ilton Provenzi, Gerson Antonio, Luis Carlos de Melo, Pascoalina Grassioto, Rita de Cássia Moretti Liutti e Valdecir Rodrigues Garcia, sob a Presidência do Vereador Valdecir Rodrigues Garcia, que declarou: "De acordo com a Constituição Federal, Constituição Estadual e a Lei Orgânica de nosso Município e sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos". Na sequência o Presidente colocou em discussão a Ata da Sessão anterior e por não haver nenhuma observação, o Presidente colocou a mesma em votação, sendo aprovada por todos. Em seguida o Presidente solicitou ao 1º Secretário que efetuasse a leitura das correspondências recebidas desde a última Sessão. Após, o Presidente deixou a Tribuna à disposição dos vereadores, momento onde pronunciou-se o vereador Gerson Antonio demonstrando de sua preocupação principalmente com os meios de comunicação, que seguem mais uma vez as tabelas do Governo do Estado e se preocupa qual o real objetivo de um trabalho que será realizado nos próximos dias e que envolverá todas as Comarcas de nosso Estado com diminuição dos focos de calor no Estado de Mato Grosso. Percebe que o Mato Grosso tem diminuído esses focos, porém até agora não viu quais os objetivos em diminuir esses focos de calor no Estado. Não sabe se é simplesmente para diminuir números para organismos internacionais que não querem a evolução, o progresso e o desenvolvimento de Mato Grosso. Não sabe se são autoridades Matogrossenses que não querem ver principalmente a Região Norte do Estado evoluir, e isso lhe preocupa. O que tem certeza é que, mais

uma vez, os produtores do Mato Grosso vão pagar duras penas pelos focos de calor que vão aparecer nesse Estado, principalmente porque o Ministério Público também se engajará, juntamente com a SEMA, com o IBAMA e sofreremos, certamente mais algumas represarias e Feliz Natal será um dos Municípios mais prejudicados, pois todos somos conhecedores das dificuldades que Feliz Natal tem para abrir novas áreas. Assegura que estamos prestes a dar mais um passo para o congelamento, com relação ao desmatamento no Estado de Mato Grosso, sobretudo no nosso Município, que é um Município com grande contemplação de reservas, que cuida muito bem de suas nascentes, com algumas exceções que não é favorável, contudo se preocupa muito em ver as autoridades mato-grossenses preocupando com números, e números que simplesmente atrapalharão o crescimento de nossa Região e, sobretudo, de nosso Município. Diante disso coloca mais uma vez sua indignação de ver as autoridades de nosso Estado se preocupando com maquiagem de números, enquanto seu povo fica a mercê de mais geração de emprego, de renda e qualidade de vida pro seu povo. Se o objetivo fosse realmente e simplesmente qualidade de vida para a população, estaria totalmente de acordo, contudo sabe que o objetivo na verdade não é esse. Lembra ainda do zoneamento sócio-ambiental de nosso Estado, em que tem acontecido algumas Audiências Públicas e acredita que nos próximos dias comece a ser divulgado esse projeto de lei que muito preocupa, principalmente nossa Região. Deixa o apelo aos nobres vereadores para, assim que se tornar mais público esse projeto, possam ir à Assembléia Legislativa divulgar suas angústias, desejos e conhecer melhor esse projeto de lei que pode engessar de vez a nossa Região e talvez até para o resto da vida o nosso Município. Já deixa agendado com o Presidente desta Casa para que, tão logo se torne público esse projeto de lei que tramita há muito tempo, possamos começar nossas brigas em nível de Município e de Estado, para estarmos conhecendo e levando nossas preocupações com relação a este projeto de lei. Na sequência se pronunciou o vereador Luis Carlos de Melo solicitando do Prefeito que apresse a

criação da Secretária de Agricultura, até porque temos uma patrulha agrícola em nosso Município que está andando muito mal, cuja administração está sendo precária, não sabe se é falta de verba, ou outro motivo. Porém acredita que com a criação desta Secretaria haveria alguém mais influente para fazer com que este projeto comece a andar. Relata que nem todos os Municípios tem uma patrulha agrícola, nosso Município tem esse privilégio, porém ela está rendendo muito pouco para os pequenos produtores rurais. Acredita que falta um pouco de administração sobre ela. Comenta que talvez indo a Cuiabá se consiga alguma verba com algum Deputado para fazer com que ela funcione, pois não adianta ter uma patrulha que não está servindo o pequeno produtor. Na seqüência se dirigiu à Tribuna o vereador Carlos Faganello sendo solidário às palavras do vereador Gerson Antonio. Lembra que há várias sessões já vem alertando sobre esse assunto. Na outra sessão disse que será inevitável que num futuro bem próximo tenhamos uma ONG em nosso Município. Relata que até aceitaríamos uma ONG, porém que prove que faz um trabalho sério, pois, se vier uma ONG que convide as pessoas a plantar uma árvore, mas ela também o faça, então pode-se acreditar nessa ONG. Contudo essas ONGs que só ditam regras que lês, no seu País de origem não fazem nada, isso não pode ser aceitado. Narra que muitos empresários e agricultores não sabem que rumo tomar, pois é humanamente impossível se adquirir uma área de terra, mas só poder desmatar vinte por cento. Com relação ao zoneamento, espera que alguém o segure lá. Acredita que só os grandes Municípios, as grandes fronteiras agrícolas que o Estado já tem é que derrubaram até noventa e cinco por cento. Então, para esses Municípios, o zoneamento é inviável. Concorda com o vereador Gerson que, se um dia isso sair do papel, uma vez que em sua opinião é o Governo do Estado que não o está permitindo ir para a Assembléia Legislativa. E nós, um Município que ainda tem muito a crescer e abrir sua área agrícola precisa batalhar e muito, caso contrário ficaremos abandonados a própria sorte. A idéia inicial do zoneamento é boa, porém é preciso se ater de que os Municípios grandes, como Sorriso, Lucas do Rio Verde, trabalharão

contra, pois eles têm sua área praticamente cem por cento aberta, ou pelo menos perto de noventa por cento. E eles jamais vão querer esse zoneamento, pois terão de fazer compensação de áreas. Na següência se pronunciou o vereador Ilton Provenzi comentando sobre os focos de calor no Mato Grosso, onde nosso Estado está em segundo lugar em focos de calor no País, até porque nosso Estado vinha se desenvolvendo rapidamente, então a propagação de queimadas é maior. Temos ainda muitas matas para serem exploradas, temos muitas regiões em que já passou fogo dez anos a fio e esse ano vai passar fogo novamente. Seria interessante se a Polícia Militar, a SEMA, os Bombeiros fizesse palestras para orientar o povo, pois é complicado controlar o fogo, pois todo mundo sabe que muitos focos de incêndio são provocados por pessoas mal intencionadas. Por isso coloca que sua maior preocupação não é nas áreas que estão sendo enleiradas, que devem ser queimadas dentro das leis ambientais. E essa preocupação é grande, não apenas em nosso Município, como em toda a Região sobre os incêndios que vem acontecendo. Falando da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, afirma que eles não têm muito que fazer por nós, pois eles não têm tanta força. Tem certeza de que muitos Senadores no Congresso são mais infratores do que qualquer pessoa de nossa Região, na questão de derrubadas fora dos limites. Em Alta Floresta tem um Senador que está fazendo derrubadas ilegalmente, ele não pagará nada, será multado com uma pequena quantia e acabara por isso mesmo, contudo nós que queremos derrubar vinte por cento de uma área temos a maior dificuldade possível. Pensa que reunindo autoridades, agricultores, madeireiros, que são classes que estão sendo muito prejudicadas, para ver se encontramos alguma forma de, pelo menos amenizar esse problema. Sugere que seja iniciado um trabalho educativo em nossa Região, em nosso Município. Em Sorriso, por exemplo, foi derrubado cerca de noventa por cento da área, e agora eles estão se preocupando com o fogo no perímetro urbano e eles conseguiram diminuir setenta por cento dos incêndios no perímetro urbano, pois eles não têm mais mato para cuidar, e isso é fácil para ser feito. Por isso coloca que é preciso

se reunir e começar a cuidar um pouco mais com o capim seco, uma vez que a Prefeitura gasta muito mais com óleo diesel, com caminhão pipa correndo no meio da quiçaça para apagar fogo. Diante disso é preciso um pouco mais de consciência também da população para não corrermos todo ano esse risco. Aproveitando a Tribuna Livre, comenta a respeito do Projeto de Lei Complementar nº 002/2007, onde estava de licença parlamentar e por isso não estava a par do projeto. Assegura que o leu, leu também todas as emendas e já deixa dito que se absterá do voto em todas as emendas deste projeto, por motivo de não ter acompanhado as demais discussões. Em seguida o Presidente convidou os vereadores para uma reunião da Secretaria Municipal de Saúde, que se realizará no dia vinte e sete de junho, às dezenove horas na Escola Municipal Mário Ciro Silva Rosa. E por não haver mais ninguém interessado em fazer uso da Tribuna, o Presidente passou a ordem do dia solicitando ao 1º Secretário que informasse o Quorum presente, informando o mesmo que havia nove vereadores presentes. Dando següência o Presidente solicitou ao 1° Secretário que efetuasse a leitura do Ofício nº 3.982/2007TCE-MT/PRES, encaminhado pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, que envia as contas da Prefeitura Municipal, Gestão Manuel Messias Sales, referentes ao ano 2006. Em seguida o Presidente despachou as Contas da Prefeitura Municipal, Gestão Manuel Messias Sales, referentes ao ano de 2006 à Comissão de Justiça, Redação, Finanças e Orçamento. Prosseguindo o Presidente solicitou ao 1º Secretário que efetuasse a leitura das Propostas de Emendas Legislativas n°s 003; 004; 005; 008; 009; 010; 011 e 012/2007. De autoria dos Vereadores Gerson Antonio e Antoninha Leuci de Oliveira. Prosseguindo, o Presidente colocou em discussão a Proposta de Emenda Legislativa nº 003/2007, e por não haver ninguém interessado em se pronunciar, a Proposta de Emenda Legislativa nº 003/2007 foi colocada em 3º votação, sendo reprovada por quatro votos, sendo eles dos vereadores Aníbal Alves Vilela, Rita de Cássia M. Liutti, Valdecir Rodrigues Garcia e Pascoalina abstenção do vereador Grassioto, além da Ilton Prosseguindo, o Presidente colocou em discussão a Proposta de

Emenda Legislativa nº 004/2007, e por não haver ninguém interessado em se pronunciar, a Proposta de Emenda Legislativa nº 004/2007 foi colocada em 3º votação, sendo reprovada por quatro votos, sendo eles dos vereadores Aníbal Alves Vilela, Rita de Cássia M. Liutti, Valdecir Rodrigues Garcia e Pascoalina Grassioto, além da abstenção do vereador Ilton Provenzi. Prosseguindo, o Presidente colocou em discussão a Proposta de Emenda Legislativa nº 005/2007, e por não haver ninguém interessado em se pronunciar, a Proposta de Emenda Legislativa nº 005/2007 foi colocada em 3º votação, sendo reprovada por quatro votos, sendo eles dos vereadores Aníbal Alves Vilela, Rita de Cássia M. Liutti, Valdecir Rodrigues Garcia e Pascoalina Grassioto. além da abstenção do vereador Ilton Provenzi. Prosseguindo, o Presidente colocou em discussão a Proposta de Emenda Legislativa nº 008/2007, e por não haver ninguém interessado em se pronunciar, a Proposta de Emenda Legislativa nº 008/2007 foi colocada em 3º votação, sendo reprovada por quatro votos, sendo eles dos vereadores Aníbal Alves Vilela, Rita de Cássia M. Liutti, Valdecir Rodrigues Garcia e Pascoalina Grassioto, além da abstenção do vereador Ilton Provenzi. Prosseguindo, o Presidente colocou em discussão a Proposta de Emenda Legislativa nº 009/2007, e por não haver ninguém interessado em se pronunciar, a Proposta de Emenda Legislativa nº 009/2007 foi colocada em 3º votação, sendo reprovada por quatro votos, sendo eles dos vereadores Aníbal Alves Vilela, Rita de Cássia M. Liutti, Valdecir Rodrigues Garcia e Pascoalina Grassioto, além da abstenção do vereador Ilton Prosseguindo, o Presidente colocou em discussão a Proposta de Emenda Legislativa nº 010/2007, e por não haver ninguém interessado em se pronunciar, a Proposta de Emenda Legislativa nº 010/2007 foi colocada em 3º votação, sendo reprovada por quatro votos, sendo eles dos vereadores Aníbal Alves Vilela, Rita de Cássia M. Liutti, Valdecir Rodrigues Garcia e Pascoalina Grassioto, além da abstenção do vereador Ilton Provenzi. Prosseguindo, o Presidente colocou em discussão a Proposta de Emenda Legislativa nº 011/2007, e por não haver ninguém interessado em se pronunciar, a Proposta de Emenda

Legislativa nº 011/2007 foi colocada em 3º votação, sendo reprovada por quatro votos, sendo eles dos vereadores Aníbal Alves Vilela, Rita de Cássia M. Liutti, Valdecir Rodrigues Garcia e Pascoalina Grassioto. além da abstenção do vereador Ilton Provenzi. Prosseguindo, o Presidente colocou em discussão a Proposta de Emenda Legislativa nº 012/2007, e por não haver ninguém interessado em se pronunciar, a Proposta de Emenda Legislativa nº 012/2007 foi colocada em 3º votação, sendo reprovada por quatro votos, sendo eles dos vereadores Aníbal Alves Vilela, Rita de Cássia M. Liutti, Valdecir Rodrigues Garcia e Pascoalina Grassioto, além da abstenção do vereador Ilton Provenzi. Dando prosseguimento o Presidente solicitou ao 1º Secretário que efetuasse a leitura da Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Município de Feliz Natal, Estado de Mato Grosso nº 004/2007, que dispõe sobre a alteração da redação do Art. 18 e Parágrafo 5º do Art. 18 da Lei Orgânica Municipal de Feliz Natal, Estado de Mato Grosso. De autoria da Mesa Diretora. Em seguida colocou em discussão a Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Município de Feliz Natal, nº 004/2007, e por não haver ninguém interessado em se pronunciar, a Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Município de Feliz Natal, nº 004/2007 foi colocada em 2º votação, sendo aprovada por todos. Dando prosseguimento o Presidente solicitou ao 1º Secretário que efetuasse a leitura do Projeto de Lei Complementar nº 002/2007, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Feliz Natal - MT, e da outras providências. Na següência o Presidente colocou o referido Projeto de Lei em discussão, pronunciando-se o vereador Gerson Antonio manifestando novamente seu voto contrário a este projeto de lei complementar pelos mesmos motivos que o levaram a fazer tantas emendas ao projeto, que após discussões com os Assessores Jurídicos do Executivo e do Legislativo, como também com os vereadores desta Casa. É contrário por alguns artigos contemplados no projeto de lei que contrariam a Lei Orgânica de nosso Município, onde assessores jurídicos argumentavam de forma contrária ao projeto e a própria Lei

maior, que é a Constituição Federal e que, felizmente, através da pessoa do Prefeito Municipal, que veio interpretar melhor a Constituição Federal e dar alguns amparos que ela assegura aos servidores públicos e também algumas garantias já promovidas nesse Município pela Lei Orgânica. Então, se este projeto contraria, em alguns momentos, e afirma isso em função da fala do Assessor Jurídico da Prefeitura Municipal, a Lei Orgânica de nosso Município, não pode votar a favor de um projeto de lei desse nível. E por não haver mais ninguém interessado em se pronunciar, o Projeto de Lei Complementar nº 002/2007 foi colocado em 2º votação, sendo aprovado por sete votos, tendo dois votos contrários, sendo eles dos vereadores Gerson Antonio e Antoninha Leuci de Oliveira. Dando prosseguimento o Presidente solicitou ao 1º Secretário que efetuasse a leitura do Projeto de Lei Legislativo nº 008/2007, que institui no Município de Feliz Natal - MT o Programa Uma Criança Uma Árvore. De autoria dos Vereadores Gerson Antonio e Antoninha Leuci de Oliveira. Após, o Presidente solicitou ao 1º Secretário que efetuasse a leitura da ata da Comissão de Justiça, Redação, Finanças e Orçamento. Na següência o Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei Legislativo nº 008/2007, pronunciando-se o vereador Gerson Antonio relatando que ele e a vereadora Antoninha Leuci de Oliveira tomaram a liberdade de fazer uma cópia, e não se envergonha de fazer uma cópia sendo ela de um projeto de lei que visa algumas lições de vida. Essa cópia veio do Município de São José do Rio Preto, do vereador Gerson Furquim que propôs, há alguns anos atrás naquele Município o Programa Uma Criança Uma Árvore. Não tem nenhuma intenção de resolver com isso o problema do meio ambiente, mas tem a visão clara de que cada pessoa pode contribuir de forma significativa para diminuição com algumas lições de casa e, sem dúvida, uma das lições é plantar uma árvore, é evitar fazer uma queimada no fundo do quintal ao invés de enterrar ou dar o destino correto a esse lixo, é orientar determinadas pessoas que pecam ao desmatar nascentes e encostas. Essa é apenas uma tentativa de fazer o Município de Feliz Natal um exemplo de vida, presenteando a cada criança que nasce

com uma árvore. Esta lição ficará para o futuro, pois, a criança que planta uma árvore, depois de adulta ela pensará duas vezes antes de fazer um desmatamento ilegal, em local inadequado. Então o objetivo com este projeto é passar este tipo de lição, principalmente para as crianças de nosso Município. Na seqüência se pronunciou o vereador Carlos Faganello narrando que o projeto foi analisado pela Comissão e a Comissão não tem como negar o parecer favorável diante de um projeto desses. Parabeniza os autores pela brilhante iniciativa, uma vez que são atitudes como essas, que parecem pequenas, mas que surtem grandes efeitos, pois estaremos mexendo com as crianças e quando queremos atingir os adultos, o melhor meio é através das crianças que fregüenta as salas de aula e que levam a educação aprendida para dentro de suas casas. Sugere ao Executivo que escolha as áreas do Município nas beiras de córregos que estão degradadas e o Executivo poderia estar destinando essas mudas para essas áreas. Na pressão que o nosso meio ambiente vive hoje, se movermos uma vírgula aqui dentro, lá fora todos logo ficam sabendo, então, coloca ao vereador Gerson que ele pode ter certeza que se esse projeto for contemplado o mundo todo ficará sabendo. Finaliza manifestando seu voto favorável ao projeto. Continuando se pronunciou a vereadora Pascoalina Grassioto parabenizando também os autores da matéria e acredita que esta ação será muito importante e é preciso lutar para que venha a acontecer mesmo. É preciso tomar um pouco de cuidado, pois como a população de Feliz Natal gosta de ter filhos, em pouco tempo teremos novamente uma mata aqui e viveremos dentro de uma floresta, brinca a vereadora. Na sequência se pronunciou o vereador Ilton Provenzi colocando que é obrigação dos vereadores aprovarem esse projeto e cobrar sua execução, pois este é o caminho certo. Também a população pode se engajar nesta luta, a Secretaria de Educação, através dos alunos pode fazer um bom trabalho nas áreas degradadas. Também é favorável ao projeto. E por não haver mais ninguém interessado em se pronunciar o Projeto de Lei Legislativo nº 008/2007 foi colocado em 1º votação, sendo aprovado unanimidade. Em seguida o Presidente solicitou ao 1º Secretário que

efetuasse a leitura do Projeto de Resolução nº 004/2007, que dispõe sobre a alteração do artigo 154 do Regimento Interno desta Casa de Leis. De autoria da Mesa Diretora. Em seguida o Presidente colocou em discussão o Projeto de Resolução nº 004/2007, fazendo uso da palavra o vereador Carlos Adelar Faganello narrando que o artigo 154 está sendo alterado, uma vez que a partir de agora as Sessões Extraordinárias só poderão ser convocadas pelo Prefeito, pelo Presidente da Casa ou pela maioria dos vereadores e que essas Sessões desde janeiro serão sem remuneração. Então, quando o Prefeito pedir um projeto de urgência urgentíssima, por exemplo, no meio da semana, os vereadores serão obrigados a fazer a Sessão Extraordinária sem remuneração. E por não haver mais ninguém interessado em se pronunciar, o Projeto de Resolução nº 004/2007 foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade. Dando prosseguimento, o Presidente solicitou ao 1º Secretário que efetuasse a leitura do Projeto de Resolução nº 005/2007, que dispõe sobre a alteração da Resolução nº 002/2006, que fixa o calendário Legislativo para o ano de 2007. De autoria da Mesa Diretora. Em seguida o Presidente colocou em discussão o Projeto de Resolução nº 005/2007, fazendo uso da palavra o vereador Gerson Antonio relatando que, por motivos de forças externas a esta Casa, os vereadores foram obrigados a alterar o calendário das reuniões deste ano, perfazendo o mesmo total de reuniões, que é o mínimo pré-estabelecido, mas aumentando um pouco o número de dias de trabalho, principalmente no mês de julho, assegurando o recesso de uma segunda-feira para aquele mês, fazendo o caminho inverso do Congresso Nacional, onde o que foi assistido lá são acões que realmente não dão nenhum exemplo, mas, felizmente no interior dos Estados, dos Municípios é que as coisas realmente acontecem de forma contrária e, a exemplo positivo são as Câmaras Legislativas realizarem um trabalho mais intenso e, prova disso, é esse calendário que, com essa mudança teremos o recesso de apenas uma segunda-feira no mês de julho. E por não haver mais ninguém interessado em se pronunciar, o Projeto de Resolução nº 005/2007 foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade. Dando

continuidade o Presidente solicitou ao 1º Secretário que efetuasse a leitura do Requerimento nº 034/2007, que requer ao Excelentíssimo Deputado Estadual Mauro Savi, para que o mesmo consiga junto ao Órgão da EMPAER um veículo para os técnicos atenderem os pequenos produtores rurais de Feliz Natal. De autoria do vereador Luis Carlos de Melo. Em seguida o Presidente colocou o referido requerimento em discussão, pronunciando-se o vereador Luis Carlos de Melo expondo de sua preocupação com os pequenos produtores rurais de nosso Município. Essa crise que vem assolando nosso prejudicou esses produtores. também preocupado com a diversificação da arrecadação de verbas em nosso Município e acredita que uma das saídas seria através dos pequenos agricultores, porém percebe a falta de assistência técnica. Analisando a questão, percebeu a reclamação dos técnicos da EMPAER por falta de veículos para atender essa classe. Por vezes conseguem um carro da Prefeitura, mas isso não é sempre também. Diante disso, esta requerendo do seu Deputado que interceda junto a nós e consiga um veículo para que se tenham condições de prestar um melhor atendimento aos pequenos produtores de nosso Município. sequência se pronunciou o vereador Gerson Antonio relatando que também é favorável ao requerimento, pois também tem preocupação com os pequenos produtores do Município, entretanto indignações registradas algumas como funcionamento, por exemplo, de uma Secretaria como a SEDER e, vinculada a ela, a EMPAER. Se indigna que a EMPAER de Mato Grosso, para fazer Pronaf, tanto para assentados, como para os demais produtores, cobrar um valor sobre esses projetos sendo que é uma fundação vinculada à própria Secretaria de Estado Desenvolvimento Rural. Expõe das muitas coisas que estão às avessas ainda em nosso Estado. Também a mesma Secretaria a qual a EMPAER é vinculada não oferece as condições para os técnicos trabalharem. Ela vem repassar convênio para o Município para manutenção de veículo ao qual a EMPAER mesmo já recebeu para poder fazer essa assistência técnica. Ainda se indigna com serviços,

como o da Polícia Militar onde o Governo do Estado repassa para os Governos Municipais a questão do combustível, afirma que está na hora do Município começar a dar seu grito de independência, passar aquilo que realmente é do Governo do Estado fazer, para que o Governo do Estado o faça, ou repasse recursos financeiros para que o Município o faça. Juntamente com isso tem as rodovias estaduais que vivem um caos e o Governo do Estado repassa toda a responsabilidade para os Municípios. Então, Câmaras de Vereadores e Prefeituras Municipais precisam também dar seu grito de independência com relação ao Governo do Estado. Se uma determinada questão é de competência do Governo do Estado então é preciso cobrar mais o Governo do Estado para poder fazer com que as coisas aconteçam, pois tudo vem as dispensas dos Municípios. Mas sabe que quem vai sofrer com isso é a população dos nossos Municípios, mas é preciso que a população comece a enxergar e fazer as cobranças necessárias ao Governo do Estado. Narra que já votou nesta Casa convênio para manutenção de veículo para a EMPAER, até combustível, mas hoje é contrário a isso e assegura que não fará mais esse tipo de besteira como fez em anos anteriores. Justifica-se dizendo que a EMPAER é competência do Governo do Estado. Relata que concorda com o requerimento do vereador, o Município realmente precisa que esse veículo venha, mas a manutenção dele tem que vir amarrada também neste requerimento para que o Governo do Estado o faça e os nossos produtores sejam atendidos. Retornando à Tribuna o vereador Luis Carlos de Melo disse que se todos os vereadores fizerem sua parte às coisas vão funcionar. Quanto ao Governo do Estado, acredita que a EMPAER é uma Empresa particular, que é assessorada pelo Governo, fala isso uma vez que o próprio técnico da EMPAER lhe disse. Mas é preciso batalhar. Também tem sua indignação com muitas coisas que não são assistidas onde nem só o Governo Estadual, como também o Governo Federal que implanta ordens nos Municípios, mas não oferecem as condições necessárias. Todavia é necessário correr atrás e acredita que, com este veículo haverá melhorias, uma vez que se trata de uma reclamação dos próprios técnicos da EMPAER. Na següência o Presidente Valdecir Rodrigues Garcia se dirigiu à Tribuna comentando que este requerimento é bom e relatando que já foram encaminhados dois ofícios solicitando esse veículo para o Município, contudo o Município só recebe presente tipo bola e botina, onde o Município é a bola e o Estado é a botina, nós só levamos botinadas, só presente de grego, presentes que ao invés de ajudar o Município só oneram os cofres públicos municipais. Por isso é preciso analisar, como disse o vereador Gerson, se a questão da manutenção deste veículo vem incluída com ele, pois se for pra ter um veículo como era a Toyota da EMPAER, que vivia apresentando problemas mecânicos, então não adianta, pois os gastos para conserto são muito altos. Foi falado então de pegar a Toyota de volta, mas afirma que disse que ela não serve, então que enviassem um Uno, pois sua manutenção é muito mais barata, e também que o Governo do Estado já mandasse recursos para manutenção deste veículo e, naquela oportunidade, foi cogitada a possibilidade de enviar pelo menos uma moto para a EMPAER de nosso Município. Retornando à Tribuna o vereador Luis Carlos de Melo esclarecendo que é por causa de todas essas questões expostas pelo Presidente Valdecir Rodrigues Garcia que está pedindo que o Deputado interceda a favor deste requerimento. Relata que manteve contato com o Deputado e ele vai lutar por um carro novo. Na sequência se pronunciou o vereador Ilton Provenzi manifestando seu apoio ao requerimento, pois se trata de um pedido, como muitos outros que já foram feitos. Coloca que não tem nada contra os méritos do vereador autor, mas acredita que se a Câmara juntasse todos os vereadores poderia ser feito um pedido maior, a idéia ficaria mais completa e também daria mais força perante o Deputado ao qual for encaminhado o requerimento. Pensa que seria um transparente e mostraria que os vereadores estão lutando pela mesma causa. Coloca que carro mais velho não agüenta na nossa Região, até o Presidente comentou sobre a Toyota, que por vezes era usada indevidamente, pois ia ao assentamento realizar um trabalho carregada com setecentos a oitocentos quilos de compras e, até por isso carro velho não agüenta. Mas pensa que é preciso reivindicar sim, e é

favorável ao requerimento. E por não haver mais ninguém interessado em se pronunciar, o Requerimento nº 034/2007 foi colocado em votação, sendo aprovado por todos. Em seguida o Presidente solicitou ao 1º Secretário que efetuasse a leitura da Indicação nº 046/2007, que indica no sentido de refazer a instalação elétrica na Escola Rural Municipal Malvina Evaristo Pescinelli. De autoria da Bancada PSDB, DEM e PP. Logo após o Presidente colocou a Indicação nº 046/2007 discussão, pronunciando-se o vereador Carlos Faganello solicitando o apoio dos vereadores uma vez que o intuito da proposição é amenizar o calor nas salas de aula com a colocação de ventiladores o que, certamente também fará com que os alunos rendam mais nos seus estudos. E, para isso é preciso ampliar a rede elétrica, haja visto que até então a energia era através de gerador e agora o assentamento tem a rede de energia elétrica, o que facilita mais. Na següência se pronunciou o vereador Luis Carlos de Melo manifestando seu voto favorável à matéria, até porque ela vem de encontro àquela comunidade do Assentamento ENA, que é muito sofrida e os alunos já se desgastam de andar de ônibus até chegar à escola, no calor e, dessa forma terão melhores condições em sala de aula. Quebrando o protocolo o vereador perguntou ao Presidente o que ele quis dizer sobre a ambulância do Assentamento, pois aquela ambulância velha não foi um "presente de grego", pois se ela estivesse funcionando ela estaria atendendo aquelas pessoas. E questiona por que o Presidente então não conseguiu uma ambulância nova. Em seguida o presidente Valdecir Rodrigues Garcia se pronunciou dizendo que aquela ambulância é um "pau velho", um "presente de grego" e que o político que fala que vai trazer uma coisa boa para o Município e traz um "pau velho" daqueles para o Município se trata sim de um "presente de grego". Se era isso que o vereador Luis queria ouvir, essas são as suas palavras. E por não haver mais ninguém interessado em se pronunciar, a Indicação nº 046/2007 foi colocada em votação, sendo aprovada por unanimidade. Em seguida o Presidente solicitou ao 1º Secretário que efetuasse a leitura da Indicação nº 047/2007, que indica no sentido de adquirir e instalar

ventiladores na Escola Rural Municipal Malvina Evaristo Pescinelli. De autoria da Bancada PSDB, DEM e PP. Logo após o Presidente colocou a Indicação nº 047/2007 em discussão, pronunciando-se o vereador Carlos Adelar Faganello comentando que esta indicação se assemelha a anterior, mas gostaria também de quebrar o protocola. Afirma que essa briga toda com relação aos veículos velhos é dada porque há anos atrás Feliz Natal quando pedia alguma coisa para o Governo do Estado vinha caminhões, pá carregadeira, contudo vinham esculhambados e ainda por cima em comodato. Aí, quando o Município arrumava e colocava esses veículos para funcionar eles eram tirados do Município e levados para outros lugares. Acredita ser uma vergonha pedir ambulância para políticos e eles terem a capacidade de mandarem uma ambulância usada, isso é fora de mão. Pensa que hoje em dia as ambulâncias são descartáveis, pois, muitas vezes, são comprados veículos de uma marca que, na maioria das vezes nem peças para reposição tem. Essa infelizmente é a realidade, pois se fossem comprados veículos de marca eles agüentariam muito mais, contudo são veículos made in China que não tem peça de reposição. Por isso pensa que quando for doado algum veículo que seja novo. E por não haver mais ninguém interessado em se pronunciar, a Indicação nº 047/2007 foi colocada em votação, sendo aprovada por unanimidade. Em seguida o Presidente solicitou ao 1º Secretário que efetuasse a leitura da Indicação nº 048/2007, que indica no sentido de alterar a Lei Municipal nº 175, sancionada em 08 de dezembro de 2005, que dispõe sobre o Plano Pluri Anual para o período de 2006 a 2009. De autoria do vereador Aníbal Alves Vilela. Logo após o Presidente colocou a Indicação nº 048/2007 em discussão, pronunciando-se o vereador Gerson Antonio comentando que o autor tem algumas sugestões para alteração de uma Lei que só pode ser alterada de vez em quando e o Executivo sobre muito ao mexer no Plano Pluri Anual, pois, em consequência disso é preciso mexer também na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Orçamento daquele ano. Narra que normalmente quando o Executivo vai mexer no Plano Pluri Anual é porque houve uma Emenda Parlamentar de

nível de Congresso Nacional ou de Governo do Estado, contemplando ali uma obra que não estava prevista no PPA. E as sugestões que o nobre vereador colocou todas elas estão contempladas no Plano Pluri Anual, basta querer fazer a leitura do Plano Pluri Anual e perceber que essas obras estão contempladas. Expõe que no PPA não consta que será feita uma creche em tal bairro, ele aponta que fará a creche no Município; ele aponta que fará melhorias no Estádio de Futebol; aponta que vai tentar a pavimentação asfáltica em ruas da cidade, mas não precisa apontar o nome da rua. Por isso, a seu ver as sugestões do vereador são dignas em sugerir, mas não estão tão altamente avaliadas a ponto de estar alterando o Plano Pluri Anual para inseri-las nele. Por isso coloca que as sugestões do vereador são bem vindas no Orçamento, mas não precisa mexer no PPA de foram nenhuma. Afirma que não viu até agora de nenhuma autoridade que irá asfaltar a rua principal do Bairro Bela vista. Também não viu recursos necessários para isso, oxalá que apareça e se aparecer está contemplada no PPA a pavimentação asfáltica em ruas urbanas em nosso Município. Pelo exposto não vê motivos para alterar o PPA. Na seqüência se pronunciou o autor da proposição, vereador Aníbal Alves Vilela relatando que os artigos 3°, 4° e 5° do PPA dizem que, caso haja necessidade o Prefeito pode alterar a Lei. Em conversa com o Assessor Técnico da Prefeitura, Sr. Otaviano Gomes Teixeira, o mesmo colocou que para que seja feita uma obra dessa natureza é necessário que sejam colocados recursos no Orçamento e também é necessário que estejam no PPA. Por isso afirma que a colocação do vereador Gerson é bem vinda, mas, caso o Prefeito, ao analisar a indicação, chegar a conclusão que é da forma como o vereador Gerson colocou, então simplesmente o Prefeito encaminhará à Câmara resposta a indicação dessa forma. Mas cabe ao Prefeito responder sua indicação. E por não haver mais ninguém interessado em se pronunciar, a Indicação nº 048/2007 foi colocada em votação, sendo aprovada por unanimidade. E por não haver mais nada a constar na ordem do dia o Presidente encerrou a Sessão, e Eu lavrei a presente

Ata que após lida e aprovada v demais Vereadores.	vai assinada por n	nim, pelo Presidente e